



---

## RELUCI – 3.2.2 (FME)

### MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Educação (FME)

**Gestor responsável:** Vanderson Valadares de Campos

**Exercício:** 2022

#### 1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2022, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Gestão** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, que alcança as tomadas ou prestações de contas dos administradores de recursos públicos, submetido ao TCE-ES para julgamento.

##### 1.1. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de apresentarmos os pontos de controle selecionados para análise, importante se faz esclarecer algumas questões preliminares e prejudiciais à análise da presente Prestação de Contas Anual por esta UCCI.

Na forma do art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, considera-se Prestação de Contas Anual (PCA) o conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e das demais peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas dos responsáveis.

O TCE-ES, em suas normativas, é quem determina quais os pontos de controle devem ser objeto de análise pelo Controle Interno na PCA do exercício, e nesse contexto, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.



Ocorre que existe dispositivo normativo junto ao Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece que análise de demonstrativos contábeis é atividade típica e exclusiva de profissionais com formação acadêmica em ciências contábeis e com regular inscrição no Conselho Regional de Contabilidade a que estiver sujeito.

Diante deste contexto, em 2018, o CRC/ES notificou todos os Controladores dos Municípios capixabas com a advertência de que, caso não sejam profissionais com formação em ciências contábeis e com inscrição no Conselho, se abstenham de fazer análise de demonstrativos contábeis, sob pena de incorrer em crime de exercício ilegal de profissão, na forma do art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso, o Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Alegre, apesar de possuir formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja, bacharelado em direito, não possui graduação em ciências contábeis e, por consequência, também não possui inscrição no CRC/ES.

Na PCA de 2017 o ex-Coordenador de Controle Interno da Prefeitura de Alegre, diante da situação apresentada, deixou de analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCEES, fato que ocasionou a citação do Prefeito Municipal, para apresentar justificativas pela ausência de medidas necessárias e suficientes que viabilizassem a realização de procedimentos de controle e a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual, o que se repetiu nos exercícios seguintes.

Através do Ofício nº 040/2019, datado de 14/02/2019, esta UCCI solicitou ao ex-Prefeito Municipal um servidor com formação acadêmica em ciências contábeis, com registro perante o CRC/ES, e que não estivesse vinculado com as contas da UG's, para que, com a necessária isenção, realizasse a análise dos demonstrativos contábeis.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal de Alegre, ciente das determinações do TCE-ES, informou que não detém em seu quadro de servidores profissional com tais características. Contudo, ressaltou que contratou uma empresa especializada em reformulações de leis com a finalidade de reestruturar o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre (contrato 02/2019) e que, para a Controladoria, além da estrutura administrativa necessária, seriam criados cargos efetivos de auditores.

O Projeto de Lei que dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa básica da Administração Pública Municipal de Alegre foi encaminhado ao Poder Legislativo, no dia 27/02/2020 (PLEXE 15/2020 - Projeto de Lei Executivo), e aprovado no dia 25/03/2020 – Lei



Municipal nº 3.582/2020, passando a Unidade Central de Controle Interno a contar com uma nova estrutura administrativa: 1) Controlador Geral do Município; 2) Superintendência de Controle Interno; 3) Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados; 4) Superintendência de Ouvidoria e Participação Social; e, 5) Diretoria de Integridade e Transparência.

Já o Projeto de Lei que dispõe sobre a Estruturação do novo Plano de Carreira e Sistema de Remuneração e Valorização dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Alegre/ES foi encaminhado ao Poder Legislativo em 23/03/2020 (PLEXE 21/2020), e nele consta a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno (CBO 2522-05). Contudo, o referido PL não foi aprovado até a presente data.

Assim, por não possuir formação acadêmica em ciências contábeis e, por consequência, inscrição no CRC, evidenciada está a impossibilidade do atual Controlador Geral do Município em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.

## 1.2. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2022 para as atividades da UCCI foram disponibilizados somente 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2022	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	n/a	n/a
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.633/2022	19/05/2022 Exonerado a pedido em: 31/08/2022

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre/ES adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.



Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) UG's, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

## 2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA ANÁLISE (TABELA REFERENCIAL 1 / IN TC Nº 68/2020)

1. Itens de abordagem prioritária					
1.2. Gestão Previdenciária					
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamentos de débitos previdenciários	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão Patrimonial					
1.3.3	Disponibilidades	LC 101/2000,	Conformidade	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram	Contas de



	financeiras – depósito e aplicação	art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	(Verificação documental)	depositadas em instituições financeiras oficiais.	Gestão (Todas as UG's)
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)

## 2. Itens de abordagem complementar

### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

#### 2.3. Gestão patrimonial

2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	--	---	---	----------------------------------

#### 2.5. Gestão Previdenciária

2.5.4	Alíquota de contribuição Recolhimento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

#### 2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES (TABELA REFERENCIAL 1 / IN TC Nº 68/2020)

Sem constatações e/ou proposições relevantes a serem registradas na presente manifestação.



#### 4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Vanderson Valadares de Campos**, gestor do Fundo Municipal de Educação (FME), relativa ao exercício de 2022.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI ao longo do exercício de 2022, percebe-se com clareza que cumprimos devidamente com as nossas atribuições e competências, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva** (item 1.1 Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis).

Alegre/ES, 24 de março de 2023.

**KASSIO VALADARES AMORIM**  
Controlador Geral do Município  
Decreto Municipal nº 11.581/2020